



ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE VOL 18 No. 5 AGOSTO 2016



Examinando os recursos para a industrialização SADC discute investimento nas infra-estruturas de energia

por Joseph Ngwawi

LÍDERES DA África Austral irão discutir medidas para mobilizar recursos para o desenvolvimento de infra-estruturas energéticas como um factor fundamental para impulsionar a industrialização da região, analisando igualmente outras questões regionais pertinentes durante a sua Cimeira anual marcada para os dias 30-31 de Agosto na Suazilândia.

A 36ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC vai decorrer num altura em que África Austral está a implementar vigorosamente uma iniciativa para industrializar a economia dos 15 Estados-Membros.

O desenvolvimento industrial foi identificado como um dos principais motores da agenda de integração na África Austral pois a região está a mudar do rumo económico construído a base do consumo e exportação de bens para um caminho de desenvolvimento sustentável baseado no aproveitamento do valor acrescentado.

Os Estados Membros da SADC reconhecem que o desenvolvimento industrial é fundamental para a diversificação das suas economias; para o desenvolvimento da capacidade produtiva; e para a criação de emprego, a fim de reduzir a pobreza e direccionar as suas economias para

uma trajectória de um crescimento mais sustentável.

O desafio para a maioria dos países na região da SADC é transformar suas economias para deixarem de ser dependentes de recursos naturais brutos e passarem a beneficiar do conhecimento, dinâmica e diversificação de produtos acabados.

Para resolver esta situação, uma cimeira especial de líderes da SADC no ano passado aprovou a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063 e desde então iniciou o processo de desenvolvimento de um plano de acção com um orçamento para a estratégia.

A estratégia e o seu roteiro visam permitir que a região a aproveite todo o potencial dos seus vastos e diversificados recursos naturais.

Para incentivar a criação de cadeias regionais de valor e participação nos processos globais, a região identificou cinco áreas prioritárias em que as cadeias de valor podem ser estabelecidas e para as quais as estratégias regionais devem ser desenvolvidas até 2020.

Trata-se das áreas de agro-processamento, aproveitamento de minerais, bens de consumo, bens de capital e serviços.

continua na página 2...



POLÍTICA	3
FINANÇA & INVESTIMENTO	4
INFRA-ESTRUTURAS	5
COMÉRCIO	6-7
ENERGIA	8-9
PAZ & SEGURANÇA	10
SEGURANÇA ALIMENTAR	11
GÉNERO	12
TURISMO	13
UNIÃO AFRICANA	14
EVENTS	15
HISTÓRIA HOJE	16

Examinando os recursos para a industrialização SADC discute investimento nas infra-estruturas de energia

Uma das questões que os líderes da SADC poderão discutir quando se reunirem em Mbabane, Swazilândia, no final de Agosto, é a necessidade de reduzir os impedimentos estruturais para a industrialização.

Sob o lema "Mobilização de Recursos para Investimentos em Infra-Estruturas Sustentáveis de Energia para uma industrialização Inclusiva para a Prosperidade da Região da SADC", a 36ª Cimeira vai discutir medidas para melhorar a capacidade de produção de energia e permitir um aumento no desenvolvimento e uso de fontes renováveis de energia, bem como garantir o abastecimento adequado de água.

A região da SADC enfrenta escassez de energia desde 2007 devido a uma combinação de factores que têm contribuído para uma capacidade cada vez reduzida produção de excedentes contra o aumento do crescimento da demanda. A instabilidade prevalente no sector é composta por muitos outros factores, que incluem níveis de tarifas que não refletem os custos e o dilema da viabilidade versus acesso; problemas de capacidade tanto a nível nacional e regional; e reformas do sector de energia que geralmente são vistas como estando a decorrer a um ritmo lento.

A capacidade operacional corrente disponível é de 46,910MW contra a demanda de 55,093MW, que inclui picos de procura e demanda reprimida, bem como reservas. Isso cria um défice de capacidade de produção de mais de 8,000MW, que inclui um défice de reservas para emergências e estabilidade do sistema.

De acordo com Plano Diretor Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC (RIDMP), aprovado em 2012, assumindo uma taxa de crescimento económico médio de oito por cento por ano, está previsto que a carga eléctrica possa subir para mais de 77,000MW até 2020 e para mais de 115,000MW em 2030.

Com a demanda de total pico, somada às reservas de mais de 55,000MW a partir de Setembro de 2015 (o taxa cai para cerca de 52,000MW quando apenas são

considerados os países membros do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral), a região terá que investir em nova capacidade de produção de 25.000 MW até 2020 para atender à crescente demanda.

A precária situação do fornecimento de electricidade exige uma acção urgente para promover o investimento no sector da energia, a fim de apoiar o esforço de industrialização pela região.

O Plano Sectorial de Energia do RIDMP estima que o custo total de capacidade adicional de produção de electricidade até o ano de 2027 pode vir a variar de 114 biliões de dólares norte-americanos 233 biliões de dólares.

Os custos relacionados ao investimento na transmissão para apoiar novas capacidades de produção são estimados em cerca de 540 milhões de dólares norte-americanos. Este investimento na transmissão não inclui interligações de transmissão planeadas e principais linhas nacionais.

Outro factor essencial para a agenda de industrialização é o investimento no sector da água, onde uma série de projectos de abastecimento de água e saneamento estão em andamento.

Estes incluem a fonte Transfronteiriça da Água de Kunene, a Fase II do Projecto do Planalto do Lesotho, o Projecto da Bacia do Rios Sengwa e o projecto Transfronteiriço de Abastecimento de Água Lomahasha-Namaacha.

Várias opções de investimento e de financiamento estão disponíveis para a região para o financiamento de infra-estruturas para apoiar a sua industrialização.

A fonte convencional de financiamento para as infra-estruturas nos Estados Membros da SADC é o financiamento público sob a forma de orçamentos nacionais e isso é considerado importante para garantir as necessárias infra-estruturas de energia.

As várias formas de participação do sector privado é um método viável de financiamento de grandes projectos de infra-estrutura. Esta participação pode assumir diferentes formas, tais as Construção-operação-

transferência, construção-propriedade-operação, construção-operação-propriedade-transferência ou através de parcerias público-privadas.

Títulos de infra-estruturas e fundos de pensões são outras fontes que podem ser usadas para mobilizar financiamentos para os projectos de infra-estruturas ou alavancar mais financiamento de outras fontes, incluindo de bancos comerciais ou bancos multilaterais, como o Banco Africano de Desenvolvimento.

Os parceiros de cooperação internacional têm sido uma importante fonte de financiamento para os projectos "suaves", tais como estudos, formulação de políticas / quadros regulamentares, planeamento e desenvolvimento de capacidades. Os seus recursos também podem ser usados para alavancar financiamento de bancos.

A estreita cooperação com as economias emergentes como a China, Índia e Brasil trará novos recursos financeiros.

Durante o Seminário de Investimento em Infraestrutura da SADC, realizada em Bejing, China, em Julho de 2015, investidores e financiadores chineses manifestaram interesse em vários projectos de infra-estruturas da SADC nas áreas de produção, transmissão e interligações; e desenvolvimento de infra-estruturas de abastecimento de água produção de energia hidroeléctrica, bem como projetos relacionados a irrigação.

Outros assuntos a serem discutidos durante 36ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC incluem a situação da segurança alimentar na região. A África Austral experimentou um episódio de seca devastadora na época 2015/16 associado ao El Nino.

Isso contribuiu para a redução significativa da produção agrícola na maioria dos Estados-Membros, particularmente desde 2015/16, sendo segundo ano consecutivo em que a seca foi experimentado em muitas partes da região.

A avaliação de vulnerabilidade regional, indica que mais de 40



milhões de pessoas no seio da SADC vão precisar de assistência humanitária.

Para enfrentar esses desafios, foi criada uma equipe de logística Regional no Secretariado da SADC em Abril para coordenar uma resposta regional.

O Secretariado da SADC com o apoio de agências das Nações Unidas emitiu um apelo humanitário regional, lançado pelo Presidente da SADC, o Presidente Seretse Khama Ian Khama do Botswana, a 26 de Julho.

A Cimeira vai também discutir um Plano Regional de Investimento na Agricultura (2017-2022), que foi aprovado em Julho, na Swazilândia, pelos Ministros Responsáveis pela Agricultura e Segurança Alimentar.

O plano de investimento faz parte das medidas de execução da Política Agrícola Regional e tem como objetivo promover o desenvolvimento de produção, produtividade e competitividade agrícola; melhorar o comércio e o acesso aos mercados regional e internacional de produtos agrícolas; e reduzir a vulnerabilidade social e económica da população da região no contexto da segurança alimentar e nutricional e do ambiente económico e das mudanças climáticas.

Outra questão para o Conselho de Ministros e para a Cimeira será a revisão do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento para alinhá-lo aos processos globais e questões emergentes, seguindo as recomendações dos Ministros responsáveis pelo género e Assuntos da Mulher que se reuniram em Gaborone, Botswana, em Junho.

A situação de segurança na região também será discutida durante a Cimeira, principalmente os desafios políticos no Reino do Lesotho. □

Quadro da política regional de investimento em perspectiva

UM PROGRESSO Significativo foi feito para desenvolver um quadro regional da política de investimento destinado a reforçar o ambiente de investimento na África Austral.

De acordo com o Secretariado da SADC, o desenvolvimento do Quadro de Política de Investimento (IPF) foi já finalizado pelo Subcomité de Investimento, em Fevereiro, e aprovado pelo Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração Económica Regional, em Junho.

O IPF será agora submetido à consideração do Conselho de Ministros e aprovação pela 36ª Cimeira da SADC no final de Agosto, em Mbabane, o Reino da Swazilândia.

Desenvolvimento do FPI está em curso há algum tempo e centra-se em quatro pilares:

- ✦ Incentivos fiscais;
- ✦ Investimento de infra-estrutura;

- ✦ Restrições ao investimento directo estrangeiro; e,
- ✦ Protecção legal.

O IPF está a ser desenvolvido no âmbito do Programa de Apoio a Integração Económica Regional financiado pela União Europeia.

- Balanço dos programas da política de investimento dos Estados-Membros através de questionários de diagnóstico;
- Subsídios dos Estado-Membro através de respostas ao questionário e elaboração de relatórios analíticos que ofereceram recomendações práticas para a implementação; e
- Desenvolvimento de directrizes comuns, juntamente com relatórios analíticos, nos quatro pilares identificados.

O desenvolvimento do IPF é uma das recomendações do Protocolo da SADC sobre

Finanças e Investimento, aprovado pelos líderes da SADC durante a sua 26ª Cimeira realizada no Lesotho em 2006.

O protocolo visa harmonizar as políticas financeiras e de investimento dos Estados-Membros e garantir que as mudanças nas políticas de um país não afetam outros países.

Os principais elementos do protocolo incluem a criação de um clima favorável ao investimento dentro da SADC; consecução da estabilidade e da convergência macroeconómica; a cooperação em matéria fiscal; e coordenação e cooperação sobre políticas do controlo de câmbio.

O protocolo prevê a criação de um painel de revisão por pares, que irá funcionar como um órgão de monitoria e vigilância macroeconómica regional. O painel será

composto pelos ministros das Finanças dos Estados-Membros, bem como todos os governadores dos bancos centrais da região.

A região da SADC tem enormes oportunidades de investimento que variam de sectores como mineração e do turismo para o desenvolvimento da infra-estruturas de energia e agricultura.

Somente o sector mineiro contribui com cerca de 55 por cento da produção de diamantes do mundo, enquanto o grupo de metais de platina contribui com mais de 70 por cento da produção global.

A região também tem uma abundância de terra aráveis e vastas bacia hidrográficas como Congo e Zambeze, com as Barragens do Inga, situada no rio Congo, e Kariba e Cahora Bassa, no rios Zambeze. □

Apelo para a acção contra a caça ilegal

OS ESTADOS Membros da SADC acordaram em intensificar os esforços para domesticar e implementar vários instrumentos regionais orientados para impedir a caça ilegal dos animais selvagens.

A Conferência Ministerial da SADC sobre o comércio ilegal de animais selvagens, realizada em Gaborone, Botswana, em Julho, acordou que os governos devem intensificar os seus esforços para implementar os compromissos assumidos no âmbito do Protocolo e Aplicação da Lei sobre a Conservação da Vida Selvagem, bem como várias políticas, programas e estratégias de contenção caça ilegal.

O protocolo, que foi assinado em Agosto de 1999, mas entrou em vigor em Novembro de 2003, compromete os Estados-Membros a instituir medidas para proteger a vida selvagem.

Outros instrumentos regionais incluem a Lei da SADC de Combate à Caça Furtiva, desenvolvida em Novembro de 2015, que visa melhorar o diálogo entre as partes interessadas nacionais, regionais e internacionais relevantes para detectar a caça furtiva e o comércio ilegal de animais selvagens.

A estratégia também prevê a criação de um Observatório Regional Anti caça furtiva para monitorar as actividades de caça furtiva e do comércio ilegal de animais selvagens na SADC.

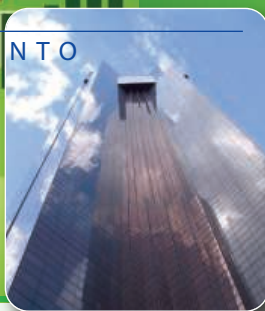
Os esforços da SADC para combater a caça ilegal de animais selvagens estão em conformidade com os tratados internacionais como a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagens (CITES).

A CITES é um acordo internacional que visa assegurar que o comércio internacional de espécies de animais e plantas selvagens não ameace a sua sobrevivência. A 17ª CITES está prevista para 24 Setembro a 5 de Outubro, em Joanesburgo, África do Sul.

Um dos temas da actualidade na 17ª CITES é a necessidade de levantar uma proibição internacional sobre o comércio de marfim, que minou seriamente a receita de conservação animal na maioria dos países, e levou a um aumento da caça furtiva porque as comunidades deixaram de beneficiar do comércio de marfim.

A Conferência Especial Ministerial da SADC sobre o comércio ilegal de animais selvagens realizada a 6 de Julho foi um dos três eventos convocados pela SADC para encontrar formas inovadoras de gerir as competitivas dimensões ambiental, social e económica do desenvolvimento na África Austral.

Uma reunião semelhante para a erradicação da insegurança alimentar e da pobreza decorreu em Maio, enquanto outra sobre a água e energia realizou-se em Junho. □



Sistema Regional de pagamento atinge mais um marco

O **SISTEMA** de pagamento transfronteiriço na África Austral alcançou outro marco após as operações terem superado dois trilhões de Rands, três anos após o lançamento da plataforma.

De acordo com o Secretariado da SADC, o volume de transações no Sistema Regional Integrado de Liquidação Eletrônica da SADC (SIRESS) atingiu cerca de 2.1 trilhões de Rands em Abril de 2016, representando 137.7 bilhões de dólares norte-americanos ou 120,8 bilhões de Euros, as taxas de câmbio nessa altura.

No seu início em Julho de 2013, o comércio na plataforma SIRESS foi 10.2 bilhões de Rands, antes de subir para 87.6 bilhões de Rands, em Dezembro de 2014, e para um trilhão de Rands em Abril de 2015. O aumento destaca a confiança no sistema de pagamento regional.

O SIRESS é um sistema de pagamento eletrônico desenvolvido pela SADC em 2013 para liquidar as operações regionais entre os bancos nos Estados membros.

O sistema, que visa assegurar um assentamento seguro e harmonizado de operações de pagamento transfronteiriça, agora cobre nove países, seis bancos centrais e 67 bancos comerciais, com um retalho operador de compensação participante.

Os países participantes são Lesoto, Namíbia, África do Sul, Swazilândia, Malawi, Maurícias, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

O SIRESS foi pilotado pela primeira vez em quatro países - Lesoto, Namíbia, África do Sul e Swazilândia - antes da aderência dos outros cinco países.

A equipe de implementação do projecto SIRESS está trabalhando com a Associação Bancária da SADC para trazer os seis restantes Estados-Membros a bordo.

Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Moçambique e Seychelles manifestaram a sua vontade de fazer parte do SIRESS até o final do ano.

Neste momento decorre um trabalho sobre a moeda de liquidação com base em um regime multi-moeda, bem como questões relacionadas com a propriedade, actividade e hospedagem do sistema.

Actualmente, a moeda de liquidação é o Rand Sul Africano, e o sistema de pagamento está alojado no Banco de Reservas da África do Sul. No entanto, como o sistema cresce para incluir outros países, um local permanente será identificado brevemente.

O sistema de pagamento tem desde a sua criação melhorou significativamente a facilidade de fazer negócios na SADC. Enquanto antes as operações

levavam de dois a três dias para limpar, elas são agora feitas num prazo de 24 horas e as taxas pagas anteriormente aos bancos de compensação estão a salvas.

Os principais benefícios do sistema são a sua eficiência e a redução de custos, pois anteriormente as transações passavam por bancos correspondentes que eram geralmente localizados fora da região.

Portanto, o corte dos intermediários - muitas vezes Estados Unidos ou bancos correspondentes europeus - significa que o dinheiro permanece na região e as transações levam menos tempo para serem processadas.

O estabelecimento do SIRESS facilita as transações transfronteiras que são essenciais para impulsionar o comércio intra-regional entre os Estados Membros da SADC.

O desenvolvimento do SIRESS está em linha com o Protocolo da SADC sobre Finanças e Investimento, que visa melhorar o clima de investimento regional através da cooperação reforçada entre os Estados-Membros sobre os sistemas de pagamento, compensação e liquidação para facilitar a integração económica.

Sistema Regional Integrado de Liquidação Eletrônica (SIRESS) é uma história de sucesso na SADC □



Perspectivas económicas positivas para a SADC

O **CRESCIMENTO** económico na África Austral vai subir cerca de 3,5 por cento em 2016, de acordo com o Secretariado da SADC.

Este crescimento é semelhante ao registado em 2015, e nenhum dos 15 Estados Membros da SADC espera alcançar a meta regional dos sete por cento de crescimento do Produto Interno Bruto real (PIB) este ano.

Só Moçambique e a República Unida da Tanzânia poderão atingir um crescimento económico próximo a meta regional.

O investimento total na região vai registar uma ligeira melhoria passando dos 21,5 por cento do PIB registados em 2015, para 22,7 por cento do PIB em 2016, com apenas Moçambique,

Namíbia, Seychelles e Tanzânia podendo registar investimentos totais acima de 30 por cento do PIB.

A inflação média deverá aumentar para 7,5 por cento em 2016 em comparação com 5,7 por cento no ano passado. Todos os Estados-Membros, com excepção de Angola, Madagáscar, Malawi e Zâmbia, poderão atingir a gama de metas de inflação regional entre três e sete por cento em 2016.

As perspectivas económicas a médio prazo são moldadas por uma série de factores que afectam a situação mundial e regional.

Estes incluem a desaceleração nas economias emergentes como a China; declínio dos preços dos bens,

especialmente petróleo; abrandamento do investimento e do comércio; e o declínio fluxos de capital para os mercados emergentes e em desenvolvimento.

Outros factores não-económicos, como as tensões geopolíticas e discórdias políticas também estão gerando incerteza substancial e afetando negativamente o desempenho das economias da SADC.

Espera-se que o impacto das mudanças climáticas possa contribuir para a deterioração da crise alimentar regional durante os próximos cinco anos consecutivos. Como resultado, as perspectivas de curto a médio prazo são moderadas e os riscos de um fraco crescimento são elevados. □

Rumo ao desenvolvimento de infra-estruturas

UM TOTAL de três projectos de infra-estruturas foram aprovados pelo Fundo de Desenvolvimento Preparação de Projectos da SADC (PPDF) enquanto a região progride rumo ao seu desenvolvimento económico.

De acordo com o Plano Diretor Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC P (RIDMP), aprovado em 2012, a região pretende criar uma rede de eficiente de infra-estruturas de baixo custo até 2027.

A SADC criou o PPDF para facilitar o desenvolvimento de projectos rentáveis para exposição ao mercado, bem como criar um ambiente propício para o investimento através do financiamento e elaboração de projectos de infra-estrutura.

Desde a sua criação a PPDF aprovou três projectos estando outros quatro estão na fase de elaboração.

O primeiro projecto de infra-estrutura a ser aprovado pelo PPDF foi a linha de transmissão de energia ligando Moçambique, África do Sul e Zimbabwe.

Conhecido por projecto de transmissão de Moçambique-Zimbabwe-África do Sul (MoZiSa), espera-se que este projecto melhore o acesso a energia através da rede regional, permitindo a transferência suave de electricidade entre os Estados Membros da SADC.

O PPDF aprovou um orçamento de 3,5 milhões de dólares norte-americanos para o desenvolvimento do projeto de transmissão MoZiSa, e os fundos serão usados, entre outras coisas, para realizar um estudo de viabilidade para a preparação do projeto.

Outros projectos aprovados pelo PPDF são a Fase 2 do Projecto da linha férrea Noroeste que irá abrir caminho para o desenvolvimento de uma linha

férrea das minas de cobre de Chingola a Kalumbola e depois para Jimbe (dentro Zâmbia) que permitirá a ligação com a linha férrea de Benguela, em Luacano, em Angola.

Em relação aos quatro projectos que estão na fase de preparação, dois são do sector da energia, enquanto os outros dois são do sector dos transportes. Os nomes dos projectos ainda não foram tornados públicos.

Em termos de novos recursos para financiar o desenvolvimento regional de infra-estruturas, o Secretariado

da SADC está em vias de finalizar um acordo com a Alemanha, que irá permitir a reprogramação de 6 milhões de Euros para o PPDF ao abrigo da Cooperação SADC-alemão

Os Estados-membros acordaram, em princípio, contribuir para a PPDF no contexto da operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC.

Para receber mais projectos financiáveis dos Estados-Membros, o Secretariado PPDF

lançou um processo de candidatura online. Até à data foram recebidas cinco novas propostas que são submetidos a triagem inicial pelo Secretariado da SADC e pelo Banco de Desenvolvimento da África Austral. □

Fundo Regional de Desenvolvimento da SADC

O FUNDO Regional de Desenvolvimento da SADC é um mecanismo financeiro que visa mobilizar recursos dos Estados membros, do sector privado e parceiros de desenvolvimento para financiar programas e projectos para aprofundar a integração regional.

O trabalho para a operacionalização do fundo atingiu um estágio avançado, após a conclusão de um estudo encomendado pelo Banco Africano de Desenvolvimento para estabelecer a estrutura de gestão e as modalidades de funcionamento do fundo.

As recomendações do estudo foram analisadas pelos Ministros responsáveis pelas Finanças e Investimento na região da SADC durante a sua reunião realizada em Marco, em Gaborone, Botswana, e um acordo sobre a Operacionalização do Fundo Regional de Desenvolvimento da SADC está a ser desenvolvido.

O acordo deverá submetido à apreciação do Conselho de Ministros e da 36ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC na Suazilândia, em Agosto 2016, para adoção.

Estima-se que mais de 70 por cento do orçamento da SADC vem de Parceiros de Cooperação Internacional (ICPs) - uma situação que compromete a apropriação e a sustentabilidade dos programas regionais.

A criação do fundo é crucial numa altura em que a região está tentando tomar conta da sua agenda de desenvolvimento, explorando os seus próprios recursos para lidar com questões de integração e deixando que apoio dos ICPs só seja procurado para complementar os esforços da própria região.

Esta abordagem de modelo de financiamento está em consonância com o lema da Cimeira deste ano que é "Mobilização de Recursos para Investimentos em Infra-Estruturas Sustentáveis de Energia para uma industrialização Inclusiva para a Prosperidade da Região da SADC".

A operacionalização do fundo deverá ser feito através de uma abordagem em duas fases, com a primeira fase focalizada na preparação e desenvolvimento de projectos e segunda fase voltada para o desenvolvimento de infra-estruturas, desenvolvimento industrial, integração e ajustamento económico e janelas de desenvolvimento social. As janelas são as seguintes:

- ❖ Janela de infra-estrutura que visa fornecer apoio financeiro para a execução de projectos regionais de infra-estrutura que emanam principalmente do Plano Diretor Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC;
- ❖ Janela de integração e ajustamento económico que irá apoiar e facilitar os esforços dos Estados-Membros para implementar a agenda de integração económica da SADC
- ❖ Janela de desenvolvimento industrial que apoiará o processo de industrialização na região; e
- ❖ Janela de desenvolvimento social que vai apoiar os aspectos humanos e sociais da agenda regional e incorporar todos os outros fundos relacionados, tais como o Fundo Regional para o HIV e SIDA. □



SADC e UE assinam acordo de Parceria Económica

A COOPERAÇÃO entre SADC e a União Europeia foi reforçada na sequência da assinatura, em Junho, de um acordo económico destinadas a reforçar as trocas comerciais entre os dois blocos.

Seis Estados Membros da SADC - Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Swazilândia - assinaram um Acordo de Parceria Económica (EPA), o primeiro do género entre a UE e uma região Africana na prossecução do seu objectivo de integração económica.

Os seis Países foram a negociação do APE no âmbito do Grupo da SADC. Espera-se junte-se ao grupo mais tarde.

A UE negociou um APE os outros países da SADC continental integrados na comunidade da África Oriental e Austral, enquanto as nações insulares estão a negociar integrados no Grupo do Pacífico.

Os APE são acordos comerciais e de desenvolvimento que a UE está a negociar para abrir seus mercados para a região das Caraíbas; África Central; África Oriental e Austral; Pacífico, África Austral (Grupo SADC) e África Ocidental.

Outros grupos de negociação ainda estão concluindo as negociações ou em fase de habilitação jurídica antes da assinatura, ratificação e implementação.

Os APE irão substituir os capítulos comerciais do Acordo de Cotonou alcançado em 2000 entre a UE e os países ACP, e também irá substituir as preferências comerciais de sentido único no âmbito do Acordo de Cotonou por acordos comerciais recíprocos entre os estados ACP e a UE.

Os APE entre a SADC-UE tem em conta os diferentes níveis de desenvolvimento de cada parceiro. Eles asseguram que o Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia e Swazilândia tenham acesso isento de direitos e sem quotas no mercado europeu.

Esses países, com excepção de Moçambique, têm um acordo aduaneiro de longa data com a África do Sul sob a União Aduaneira da África Austral (SACU).

A África do Sul também vai beneficiar de um acesso melhorado ao mercado, indo além do seu acordo bilateral existente com a UE.

Os APE aumentam a flexibilidade dos produtores da África Austral para montar os produtos feitos a partir de componentes originárias de diversos países, sem o risco de perder o seu livre acesso ao mercado da UE. Além disso, preveem uma série de medidas de protecção para as indústrias nascentes, frágeis ou por razões de segurança alimentar.

Os mercados da África Austral vão se abrir gradual e parcialmente para as exportações da UE, de forma assimétrica.

No processo de diversificação das suas economias e ampliação da produção, a importação de determinadas mercadorias é importante para os Países da África Austral - como peças industriais, sementes e máquinas.

No âmbito dos APE SADC-UE, os direitos de importação sobre

muitos desses itens, chamados de bens intermediários, serão reduzidos significativamente, tornando os produtos mais facilmente acessíveis aos empresários da África Austral.

Para o mercado Sul Africano especificamente, uma vantagem particular foi concedida aos produtores comunitários de produtos tradicionais de qualidade com uma reputação mundial - por exemplo, vinhos e produtos alimentares - que agora vão ter o direito exclusivo de utilizar os seus nomes tradicionais, ou "indicações geográficas", na África do Sul.

Reciprocamente, vários "indicações geográficas" Sul-Africanas vão, a partir de agora, ser protegidas no mercado da UE, tais como diferentes tipos de vinho Sul Africano, juntamente com chá Rooibos e outros produtos.

Ao assinar o acordo, todos os participantes se comprometem a agir no sentido do desenvolvimento sustentável, incluindo a defesa das normas sociais e ambientais.

Os APE também estabelecem um procedimento de consulta para as questões ambientais ou trabalhistas e definem uma lista abrangente de áreas em que os parceiros irão cooperar para promover o desenvolvimento sustentável.

Além disso, um capítulo detalhado sobre a cooperação para o desenvolvimento identifica as áreas relacionadas com o comércio que poderão beneficiar de apoio financeiro da UE.

os APE criam instituições conjuntas para apoiar o diálogo, a manipulação suave de todas as questões comerciais, e o acompanhamento do impacto do acordo comercial. A sociedade civil, incluindo o sector privado terá um papel especial na monitoria do impacto do acordo.

A UE trabalhará com os seus parceiros da SADC para assegurar a boa execução do acordo, em conjunto com organismos de cooperação de desenvolvimento regional e nacional. □

SADC e China analisam relações de cooperação

A SADC iniciou consultas com a China para estabelecer uma plataforma mais estruturada para reforçar a cooperação.

Anteriormente, o relacionamento entre a China e África era em grande parte vista como um assunto bilateral, daí a necessidade de definir um ajuste estruturado com os grupos africanos sub-regionais.

A União Africana é composta por oito comunidades económicas regionais, que são blocos essenciais de construção da proposta Comunidade Económica Africana prevista para estar operacional em 2028.

Trata-se da SADC, do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC), Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), a Comunidade de Estados Sahelo-Sarianos, e a União do Magrebe árabe.

Um dos grupos sub-regionais africanos, a SADC, está em consultas com a China para negociar um Acordo-Quadro sobre economia, comércio, investimento e cooperação técnica, com o objectivo de estabelecer uma comissão conjunta para operacionalizar os acordos firmados durante a a Cimeira do Fórum de Cooperação China África

(FOCAC), realizada em Dezembro de 2015 em Joanesburgo, na África do Sul.

Na Cimeira de Joanesburgo, a China e África concordaram em aprofundar a cooperação e levá-la a níveis mais elevados, incluindo a concessão de 60 biliões de dólares norte-americanos de fundos chineses para apoiar o desenvolvimento do continente Africano.

O Plano de Acção de Joanesburgo (2016-2018) aprovado na Cimeira do FOCAC descreve a cooperação numa vasta gama de áreas, incluindo a cooperação política; cooperação económica; cooperação social e desenvolvimento; cooperação cultural e cooperação de segurança.

A cooperação económica inclui áreas como a parceria da indústria e capacidade de desenvolvimento industrial; desenvolvimento de infraestruturas; energia e recursos naturais; investimento e cooperação económica; comércio; agricultura e segurança alimentar; economia do mar e turismo.

Estas áreas de cooperação estão em consonância com as prioridades da SADC para 2015-2020, conforme descrito na Estratégia e Roteiro de industrialização SADC 2015-2063 e no novo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2015-2020. □



Nove países da SADC assinam Acordo Tripartido para a ACL

NOVE PAÍSES da SADC assinaram um acordo para lançar o maior mercado integrado no continente Africano.

a Zâmbia tornou-se o último país a assinar o Acordo da Área Tripartida de Comércio Livre (ATCL) a 17 de Junho, tornando-se o nono Estado-Membro da SADC a fazê-lo.

Desde que um acordo histórico foi assinado em Junho de 2015 pelo Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e pela SADC para tornar realidade a o "Grande" Área de Comércio Livre (ACL), um total de 17 países já assinaram o pacto.

Os outros países da SADC que assinaram o acordo da ATCL são Angola, República Democrática do Congo, Malawi, Namíbia, Seychelles, República Unida da Tanzânia, Swazilândia e Zimbábwe.

Todos os membros da Comunidade dos Estados da África Oriental o ATCL - Burundi, Quênia, Ruanda e Uganda (bem como a Tanzânia, que também é membro da SADC), Comores, Djibuti, Egito e Sudão, também assinaram.

A ATCL abrange um total de total de 27 países na África Oriental e Austral - mais da metade dos Estados membros da União Africana.

Os restantes Países poderão assinar o acordo em breve depois de terem solicitado algum tempo para concluir os seus processos internos antes de acrescentar a sua assinatura ao documento.

Trata-se do Botswana, Etiópia, Eritreia, Líbia, Lesotho, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, África do Sul, Sudão do Sul e Zâmbia.

No entanto, nenhum dos 17 países que assinaram o acordo

ratificou até agora o instrumento. É necessária a ratificação de pelo menos dois terços dos Estados membros (18 países) para que o acordo entre em vigor.

O processo de aprovação de um instrumento jurídico regional exige, em primeiro lugar a assinatura e depois a ratificação, um processo que difere de país para país. Alguns exigem a aprovação do Parlamento.

A ATCL visa promover o movimento suave de bens e serviços através das fronteiras e permitir que as partes do acordo harmonizem as políticas comerciais regionais para promover a igualdade de concorrência.

A harmonização das políticas comerciais e remoção de barreiras não-tarifárias e outras barreiras

comerciais, tais como enormes taxas de exportação e importação permitirá aos países aumentar os seus ganhos, penetrar em novos mercados e contribuir para o seu desenvolvimento nacional.

Os Estados Tripartidos continuam com negociações para a conclusão da Fase 1 sobre questões de ofertas tarifárias, regras de origem e comércio de medicamentos.

A resolução das questões pendentes da Fase 1 irá facilitar a

assinatura do acordo por vários Estados-Membros / Parceiro e a ratificação da ATCL para se tornar operacional.

Uma avaliação de todo o trabalho das questões pendentes da Fase 1, bem como dos esforços para facilitar os Estados membros tripartidos a resolver estes assuntos, está em curso com vista a desenvolver um projecto de roteiro que possa permitir a conclusão deste trabalho. □



Preparativos para as negociações da ACCL em curso

DECORREM TRABALHOS preparatórios para o estabelecimento de um mercado a nível do continente que irá promover o movimento suave de bens, serviços e pessoas em toda a África.

Desde o lançamento oficial das negociações da Área Continental de Comércio Livre (ACCL) pela Cimeira da União Africana (UA) realizada em Junho de 2015 na África do Sul, a Comissão da UA facilitou o trabalho preparatório antes do início das negociações.

Este trabalho incluiu estudos e consultas sobre questões para as negociações, quadros institucionais para as negociações e seus termos de referência, projecto de regulamento interno, os projectos de planos de trabalho e cronograma de negociações.

Quando estiver operacional a ACCL reunirá todos os 54 países africanos, criando uma população combinada de mais de um bilião de pessoas e um Produto Interno Bruto combinado de mais de 3,4 triliões de dólares norte-americanos.

De acordo com um roteiro acordado, as negociações da ACCL deverão ser concluídas até a data indicativa de 2017.

Espera-se o aumento do comércio intra-Africano e aprofundamento da integração do mercado, que deverá contribuir significativamente para o crescimento económico sustentável, geração de emprego, redução da pobreza, ingresso de investimento estrangeiro direto, desenvolvimento industrial e uma melhor integração do continente na economia mundial.

A UA chegou a um acordo sobre um roteiro de quatro

passos para se preparar o lançamento da ACCL.

O primeiro passo é finalizar o Acordo Tripartido entre o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e a SADC. A meta inicial para finalizar esta iniciativa era 2014.

O segundo passo é instar os outros blocos comerciais Africanos a seguir a experiência do Acordo Tripartido e chegar a um acordo também até 2014.

O terceiro passo é o de consolidar a área de comércio tripartido com as outras áreas regionais de comércio livre entre 2015 e 2016.

A fase final é o estabelecimento da ACCL em 2017, com a opção de rever a data limite de acordo com os progressos alcançados. □

Monitor de Energia na SADC

Estudo de base do sector de energia da SADC

A **ENERGIA** desempenha um papel fundamental na agenda de desenvolvimento de qualquer região, incluindo a África Austral. Sem acesso a serviços modernos de energia, os membros vulneráveis da sociedade dedica grande parte do seu tempo em tarefas básicas morosas, não-remuneradas e muito complicadas, como a coleta de lenha.

Reconhecendo o papel fundamental da energia na cumprimento destes objectivos, a SADC colocou em prática várias estruturas de políticas abrangentes para assegurar a disponibilidade de serviços de energia. Contudo, o sucesso de serviços de energia suficiente, fiável e menos onerosa, depende do compromisso de implementação dessas políticas por parte dos Estados membros e das outras partes interessadas.

Para apresentar um quadro geral dos progressos realizados no sentido da implementação das várias políticas de energia da SADC, Unidade de Energia da SADC em parceria com o Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) e com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento (AAD) produziu o *Monitor de Energia da SADC*, que fornece um estudo de base para o sector de energia da SADC.

O *Monitor de Energia da SADC* a ser lançado na 36ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC marcada para os dias 30-31 de Agosto em Mbabane, Swazilândia visa assegurar que os progressos realizados na implementação dos compromissos de energia da SADC sejam documentados e monitorados em consonância com o Protocolo da SADC sobre a Energia e outras estratégias e políticas regionais. Esta edição da revista África Austral Hoje, especialmente produzida para a 36ª Cimeira da SADC 36, apresenta alguns dos destaques do *Monitor de Energia da SADC*. □

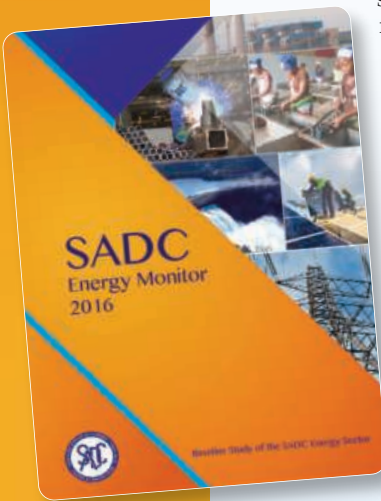
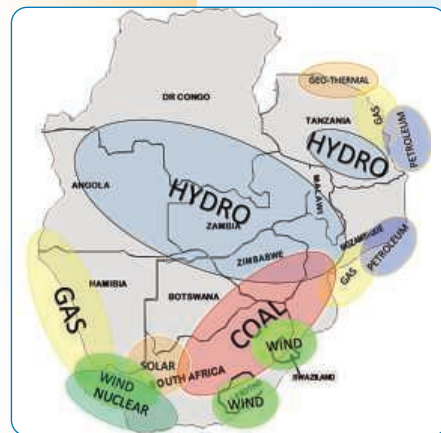


Figura 1 Recursos Energéticos nos Países do Continente



Fonte: Apresentação do SAPP no Seminário de Especialistas envolvidos na Revisão do RISDP

SADC é rica em recursos energéticos

UMA VISÃO geral de toda a situação energética na SADC revela que a região é rica em recursos energéticos que variam de energia solar, eólica, nuclear, hidroeléctrica térmica, a gás e a petróleo. A figura 1 ilustra as várias fontes de energia disponíveis na África Austral.

No entanto, vários desafios, incluindo a falta de financiamento e de investimento no sector da energia, bem como as baixas tarifas e limitações na preparação de projectos prejudicam os esforços da SADC em utilizar ou explorar totalmente os seus recursos energéticos. □

Forte quadro institucional e político é fundamental para a auto-suficiência energética regional

PARA ASSEGURAR a disponibilidade de serviços de energia confiáveis, suficientes e a baixo custo que permitam o alcance da eficiência económica e a erradicação da pobreza, a SADC colocou em prática uma série de documentos legais, políticas e quadros institucionais através da adopção de vários instrumentos tais

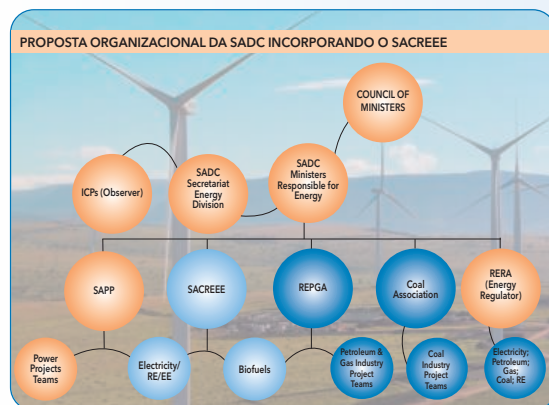
como protocolos, diretrizes estratégicas e marcos regulatórios. A Figura 2 mostra a nova proposta de estrutura que integra o Centro Regional da SADC para Energia Renovável e Eficiência Energética (SACREEE) que brevemente estará operacional.

O principal documento legal no desenvolvimento de energia é o Protocolo da SADC sobre a Energia, de 1996, que entrou em vigor em Abril de 1998 após a ratificação por dois terços dos Estados-Membros. Outros instrumentos importantes de apoio liderança, que são todos uma premissa do Tratado da SADC, são os seguintes:

- Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP);
- Estratégia e Roteiro de industrialização SADC;
- Plano Director de Desenvolvimento Regional de infra-estruturas da SADC: Plano para o Sector de Energia (ESP);
- Estratégia Regional e Plano para o Acção de Acesso a Energia; e
- Política de Cooperação para o Sector de Energia da SADC e o Plano de Actividades

Apesar destes documentos políticos em conjunto com outras estratégias nacionais serem fundamentais para promover o desenvolvimento do sector da energia, nota-se que a maior parte estão desatualizados e precisam de ser revistos de acordo com o ambiente em mudança para que sejam relevantes e úteis. □

Figura 2 Proposta organizacional da SADC incorporando o SACREEE



Fonte: Manual do SACREEE, 2014

Procura de Energia superior à Oferta

A **REGIÃO** da SADC desfrutou de uma capacidade de produção de excedente de energia durante vários anos até 2003. No entanto, a partir de 2007 a procura de electricidade na região tem vindo a superar a oferta devido a uma combinação de factores, incluindo o crescimento da população e o limitado investimento no sector da energia. De acordo com o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), a média regional do aumento da procura de electricidade está estimada em cerca de três por cento por ano contra uma redução de projetos visando aumentar a produção de energia. Antes da Copa Mundial de Futebol, organizada pela África do Sul em 2010, a procura era de 4,6 por cento.

Para aliviar a situação, o SAPP implementou durante a última década uma série de projectos para aumentar a produção e transmissão de energia eléctrica. Um total de 13.200 megawatts (MW) foram produzidos entre 2004 e 2014, contra uma meta de 19.600MW que havia sido planificada ao longo do período. Em 2019, a região pretende produzir 23.580 MW. □



Rumo a Energia Renovável

A SADC está a avançar firmemente no sentido adoptar fontes de Energia Renovável (ER) a solar, hidroeléctrica e eólica. Esta via concertada para adopção de fontes de energia mais limpas e alternativas deve-se ao facto das fontes tradicionais de energia, como o carvão, estarem a esgotar e / ou a causar danos ambientais. Além disso, a região está bem dotada de recursos de ER, daí a necessidade de explorar totalmente a ER a fim de atender a procura. A Tabela 1 mostra os instrumentos de ER que foram desenvolvidos nos Estados Membros da SADC para explorar tais fontes.

A meta de longo prazo definida pela SADC é conseguir uma combinação de energias renováveis na rede regional de pelo menos 32 por cento até 2020 e 35 por cento em 2030. Actualmente, a SADC produz cerca de 74 por cento da sua electricidade a partir de centrais térmicas. Apesar da SADC possuir um grande potencial para aproveitar a energia renovável e diversificar sua matriz energética, ainda há uma série de desafios. As tecnologias renováveis na SADC são ainda incipientes com excepção da hidroeléctrica que também não deixa de ser cara. No entanto, a vontade de abraçar as tecnologias está presente como é evidenciado pelo aumento da captação de fontes de energia renovável.

Sector de energia da SADC aberto ao investimento e financiamento

O SECTOR de energia na região da SADC ainda enfrenta uma série de problemas no que diz respeito ao investimento e financiamento de energia e os principais desafios encontrados são os seguintes:

- Compromisso dos Países em apoiar iniciativas regionais e alocar recursos para esse fim;
- Capacidade para a preparação e execução de projectos a nível dos serviços públicos nacionais e dos Estados-Membros;
- A demanda por serviços de energia para sustentar o crescimento no sector de energia;
- A sustentabilidade financeira para o desenvolvimento contínuo do sector;
- Fortalecimento das instituições da SADC para coordenar as actividades do sector de energia na região; e
- Actualização dos planos para assegurar que o ESP continue relevante para as circunstâncias da actualidade.

Os investimento e financiamento são dificultados por uma série de barreiras, que incluem baixas tarifas, a limitada capacidade de preparação de projectos, falta de consumidores para assinarem PPAs em modelos de comprador único, e outras políticas / quadros regulamentares necessários. Para enfrentar os desafios, a necessidade da criação de um ambiente favorável para o investimento é essencial, tanto a nível regional e nacional porque os potenciais investidores olham para a estabilidade, sustentabilidade e retorno; é também necessário promover a participação do sector privado em projectos de energias renováveis, considerando a queda no custo de tecnologias de energia renovável.

O *Monitor de Energia da SADC* conclui fornecendo recomendações sobre como a região pode atingir a auto-suficiência de energia, incluindo considerações de política para os países da SADC e da comunidade como um todo. Questões transversais como o género, e as mudanças climáticas, estão também integradas em toda a publicação. □

Instrumentis de Energia Renovável na SADC

Tabela 1

País	Política Nacional de Energia	Plano Director de Energia	Política de Energia Renovável	Estratégia de Energia Renovável	Plano Director / Acção para Energia Renovável	Integração da Energia Renovável na Electrificação Rural
Angola	✓					
Botswana	✓	✓				✓
RDC	✓					
Lesotho	✓					
Madagascar	✓					
Malawi	✓					
Maurícius	✓	✓		✓	✓	
Moçambique	✓					
Namíbia	✓		✓			✓
Seychelles	✓					
África do Sul	✓	✓	✓	✓		
Swazilândia	✓					
Tanzânia	✓			✓		✓
Zâmbia	✓	✓	✓	✓		✓
Zimbabwe	✓					

Divisão da Direcção dos Serviços de Energia e Infra-estruturas da SADC. In SADC / SAREDC 2012b

Esforços e Benefícios da Integração do Género no Sector de Energia da SADC

O ACESSO à energia pode ser visto como um factor libertador para as mulheres e um aspecto fundamental para permitir que as mulheres desempenhem um papel igual ao dos homens no desenvolvimento.

Em todos os Estados Membros, as mulheres e raparigas são na sua maioria responsáveis pelas actividades domésticas e comunitárias, incluindo o fornecimento de energia, sobretudo nas áreas rurais e periurbanas, e, portanto, são as produtoras de energia primária, assim como as usuárias finais a nível doméstico.

A escassa participação das mulheres na concepção dos sistemas de energia, acesso a recursos e nos processos de tomada de decisão a nível nacional e regional é um grande desafio dentro da relação entre o género e energia. A tendência regional a nível de tomada das principais decisões está mais inclinada para os homens, cabendo as mulheres uma percentagem inferior a 10 por cento na maior parte das estruturas de liderança.

As mulheres são desproporcionalmente afectadas por desafios associados ao acesso a fontes modernas de energia em comparação com os homens. Isso afecta os processos de desenvolvimento, incluindo a energia, uma vez que o desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado sem direitos plenos e iguais para metade da população, tanto na lei como na prática. A região precisa de desenvolver mecanismos voltados para abordar as desigualdades no sector da energia, bem como para expandir o papel das mulheres no desenvolvimento, bem como na implementação de soluções de energia.

Esta publicação documenta algumas das experiências e práticas eficazes extraídas de iniciativas existentes nos Estados Membros da SADC e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). O objectivo é construir uma forte base de evidências sobre os benefícios da integração da dimensão de género no sector. A publicação será útil para os Estados Membros e outros intervenientes do sector da energia uma vez que pretendem implementar os seus compromissos para garantir que o género seja integrado a todos os níveis e em toda a programação em consonância com as metas regionais, continentais e globais. □





SADC monitora a situação política no Lesotho

A SADC continua empenhada em encontrar uma solução duradoura para o impasse político no Reino do Lesotho.

Uma cimeira extraordinária da dupla Troika da SADC realizada em Junho, em Gaborone, Botswana, aprovou a criação de uma equipa de peritos para apoiar o Lesotho na preparação e realização de um seminário técnico sobre a reforma do sector da segurança.

O seminário tem como objectivo reconstruir a confiança entre as partes interessadas no sector da segurança e promover a cooperação.

No que respeita à execução de outras recomendações da Comissão de Inquérito criada pela região após a morte do ex-Chefe do Exército, General Maaparankoe Mahao, em Junho de 2015, a cimeira apelou o Lesotho para desenvolver um roteiro abrangente com acções e um calendário claro para abordar questões destacadas pela comissão.

"A Cimeira reiterou que o Governo do Lesotho, com a assistência dos membros da dupla Troika da SADC deve desenvolver e apresentar um roteiro abrangente com prazos claros sobre a execução de todas as decisões da SADC, em particular reformas de segurança e Constitucionais e submeter um relatório de progresso tangível para Cimeira em Agosto de 2016", lê-se em partes de um comunicado emitido pela Cimeira da dupla Troika.

Uma das recomendações da Comissão de Inquérito da SADC é que o actual Chefe do Exército, Tenente-General Thali Kamoli, seja destituído das suas funções e que Lesotho deve realizar reformas constitucionais para o sector público e segurança.

Na Cimeira da dupla Troika, os líderes aprovaram os termos de referência para uma Comissão de Supervisão que servirá como um mecanismo de aviso prévio e assistência na implementação das reformas constitucionais no sector público e segurança.

A comissão será presidida por Moçambique na sua qualidade de presidente do

Órgão Político de Defesa e Segurança.

A dupla Troika integra a Troika da Cimeira da SADC e a Troika do Órgão de Político de Defesa e Segurança da SADC.

A Troika da Cimeira é composta de Presidente Seretse Khama Ian Khama, do Botswana (Presidente da SADC), o Rei Mswati III da Suazilândia (Vice-Presidente) e presidente do

Zimbabwe, Robert Mugabe (Presidente cessante da SADC).

A SADC Troika do Órgão Político de Defesa e Segurança é composta pelo Presidente Filipe Jacinto Nyusi de Moçambique, como presidente, Presidente John Magufuli da República Unida da Tanzânia, na qualidade de vice-presidente, e pelo Presidente Sul-Africano, Jacob Zuma. □

Rumo a paz e estabilidade na RDC

A ÁFRICA Austral faz parte de um grupo de apoio ao Diálogo Nacional Inter-Congolês liderado pela União Africana que está a tentar encontrar uma solução duradoura para a instabilidade política na República Democrática do Congo.

O Diálogo Inter-Congolês foi criado em Addis Abeba, Etiópia, em Outubro de 2001, sob a facilitação de Sir Ketumile Masire, antigo Presidente do Botswana.

O grupo de apoio inclui a Missão de Pacificação da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR), a SADC e a UA; Em uma recente reunião na Etiópia,

- Reafirmou o compromisso da importância de um diálogo nacional com todas as partes congolesas até o final de Julho de 2016 e concordou em realizar consultas destinadas a encorajar todos os interessados a participar no diálogo;
- Apelou a todas as partes interessadas à criar um ambiente propício para a realização do diálogo nacional;



- Sublinhou os objectivos do Grupo de Apoio que incluirá o fornecimento de apoio político e aconselhamento ao Facilitador da UA; Juntar e manter apoio aos actores locais e internacionais, incluindo a mobilização dos recursos necessários para a realização com êxito do diálogo nacional; e contribuir para a preservação da paz e da segurança na RDC;
- Congratulou-se com os esforços em curso por parte das autoridades congolesas e, especialmente, por parte da Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI), com o apoio de vários parceiros, para a realização da revisão necessária do recenseamento dos eleitores; e
- Apelou aos parceiros internacionais para fornecer o suporte necessário que

contribuirá para ajudar a superar os desafios que se vivem no que diz respeito ao registo dos eleitores, bem como os desafios económicos que actualmente afectam a República Democrática do Congo.

A RDC pretende realizar as suas eleições presidenciais e legislativas este ano, apesar de ainda não ter sido marcada a data.

Também não está claro se o actual Presidente Joseph Kabila vai concorrer para a reeleição uma vez que ele cumpre o seu segundo e último mandato de acordo com a Constituição do país.

No entanto, decorrem debates no parlamento para alterar a Constituição no meio de uma resistência, por parte da oposição, que teme isso possa atrasar a realização das eleições previstas para este ano. □



SADC constitui equipa de resposta a seca

A SADC constituiu uma equipa de logística regional para coordenar a resposta da escassez de alimentos causada pela seca devido ao fenómeno El Niño que este ano afectou vários Estados-Membros da África Austral.

A África Austral está a enfrentar uma seca devastadora associada ao ciclo El Niño 2015/16 que criou condições de seca acima da média na região.

Isso resultou na redução significativa da produção agrícola na maioria dos Estados-Membros, particularmente desde a época 2015/16 foi o segundo ano consecutivo em que a seca se fez sentir em muitas partes da região.

A avaliação de vulnerabilidade regional, indica que mais de 40 milhões de pessoas no seio da SADC vão precisar de assistência humanitária.

Para enfrentar esses desafios, em Abril foi criada uma equipa regional de logística, no Secretariado da SADC, para coordenar a resposta à crise humanitária causada pela escassez de alimentos.

O Secretariado da SADC, com o apoio de Agências das Nações Unidas lançou um apelo humanitário regional, através do Presidente da SADC, o Presidente Seretse Khama Ian Khama do Botswana, a 26 de Julho.

O Secretariado da SADC disse no seu Relatório avaliação dos resultados da vulnerabilidade divulgado na 10ª reunião da SADC de Avaliação e Análise Regional da Vulnerabilidade, realizada em Pretória, África do Sul, a 16 de

Junho que cerca de 2,7 milhões de crianças sofrem de má nutrição aguda grave, e este número deverá aumentar significativamente se não for prestado um apoio imediato a população vulnerável.

"Estamos profundamente preocupados com a escala de insegurança alimentar na região. Estamos a enfrentar a pior seca dos últimos 35 anos. Eu apelo aos Estados membros e os nossos parceiros de desenvolvimento para agirem agora para evitar uma maior deterioração da situação. As pessoas continuam a perder os seus meios de sobrevivência e podemos perder vidas, se não agirmos agora", disse Margaret Nyirenda, Chefe da

Direcção e Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais no Secretariado da SADC.

As condições a seca severa já tomou conta dos meios de subsistência e quase meio milhão de mortes de animais devido a seca já foram registados no Botswana, Swazilândia, África do Sul e Zimbabwe. Fontes e reservatórios de água secaram, forçando as comunidades e seu gado a utilizar fontes de água não tratada.

As condições de seca causaram a redução generalizada das colheitas e das áreas de cultivo.

África do Sul, que normalmente é o principal produtor de milho na região

devido à sua vasta infraestrutura de irrigação, enfrenta um défice de cerca de 2,6 milhões de toneladas de cereais.

A Zâmbia é o único país que tem uma previsão de um excedente de cereais (556.000 toneladas) durante a campanha agrícola 2016/17.

Há uma probabilidade acima de 70 por cento de ocorrência do fenómeno La Niña durante a época agrícola 2016/17, que é um fenómeno oposto do El Niño e espera-se que isso possa ajudar a recuperação do sector agrícola.

As condições de La Niña são normalmente associadas ao registo de chuvas abundantes na região da África Austral. □

Ministros aprovam plano de investimento agrícola

MINISTROS RESPONSÁVEIS pela agricultura e segurança alimentar na SADC aprovaram um plano de investimento agrícola que delineia medidas para melhorar a produtividade agrícola na África Austral.

O Plano Regional de Investimento Agrícola da SADC (RAIP) foi aprovado pelos ministros durante a sua reunião anual realizada na Swazilândia em Julho e faz parte das medidas de execução da Política Agrícola Regional (RAP).

A RAIP visa, entre outros, promover o desenvolvimento da produção, produtividade e competitividade agrícola; melhorar o comércio e o acesso aos mercados regional e internacional de produtos agrícolas; bem como a redução da vulnerabilidade social e

económica da população da região no contexto da segurança alimentar e nutricional e do ambiente económico e mudanças climáticas.

O plano de investimentos é um de uma série de factores de sucesso identificados na RAP como essenciais para a implementação da política agrícola regional.

Ele prevê a criação de um Fundo de Desenvolvimento Agrícola como uma das iniciativas para promover a produtividade no sector.

Outras iniciativas incluem a promoção de parcerias e investimentos transfronteiriços, o desenvolvimento de orientações comuns sobre os subsídios e investimentos para a produção agrícola; e promoção da agricultura bem como o

investimento em infra-estruturas de armazenamento.

As medidas propostas na RAIP estão em conformidade com os compromissos assumidos pelos líderes da SADC na Declaração de Dar-es-Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar de 2004. Tais medidas incluem investir mais na irrigação e melhoria dos insumos agrícolas, como sementes e fertilizantes, bem como subvenções para os programas dos agricultores.

A declaração solicita os Estados-Membros para conferirem pelo menos 10 por cento dos seus orçamentos anuais para a agricultura.

Os ministros recomendaram ao Conselho de Ministros a criação de um Subcomité Ministerial para supervisionar a implementação da RAIP. □

SADC alinha o Protocolo sobre o Género com os processos globais e questões emergentes

por Nyarai Kampilipili

A SADC está a rever o seu principal instrumento para a promoção da igualdade e equidade do género numa altura que a região procura alinhar os seus processos de desenvolvimento com as metas globais e questões emergentes.

Os Ministros da SADC responsáveis pelo Género e Assuntos da Mulher aprovaram o projecto do Protocolo Revisto sobre o Género e Desenvolvimento, na sua reunião anual realizada em Gaborone, Botswana, em Junho, depois de terem decidido na sua anterior reunião, em 2015, em alinhar este instrumento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pós-2015, a Agenda 2063 da União Africana e a Declaração e Plataforma de Acção de Beijing.

O ODS 5 trata da Promoção da Igualdade do Género e Autonomia de todas as mulheres e raparigas e define nove metas a serem cumpridas pela comunidade global até 2030.

Estas incluem a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e raparigas; eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas nas esferas pública e privada, incluindo o tráfico e exploração sexual; eliminação de todas as práticas nocivas, como casamento precoce e forçado de adolescentes e mutilação genital feminina; e assegurar a oportunidades da participação plena e efetiva das mulheres em todos os cargos de tomada de decisão na vida política, económica e pública.

O ODS 5 inclui ainda a garantia de acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos em conformidade com o Programa de Acção da Conferência

Internacional sobre População e Desenvolvimento e a Plataforma de Acção de Beijing e os documentos resultantes das suas conferências de revisão; e um comité para realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como acesso à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e aos recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

A promoção da igualdade de género é um dos principais pilares da Agenda 2063 da UA, que caracteriza as sete aspirações para o continente ao longo dos próximos 47 anos.

Por exemplo, a África aspira ser um continente livre da violência baseada no género e onde as mulheres e os jovens devem desempenhar um papel importante como factores de mudança.

O continente Africano continua a enfrentar desafios na abordagem dos direitos das mulheres pois as mulheres continuam a sofrer violações dos direitos humanos nas áreas de emprego, casamento, saúde sexual e reprodutiva, educação, e no contexto de conflitos.

O processo de revisão e consultas entre o Secretariado da SADC e os Estados-Membros envolvidos, incluiu uma reunião técnica, realizada em Joanesburgo, África do Sul, em Outubro de 2015, para discutir as questões a serem analisadas ou inclusas no protocolo revisto.

O Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento continha vários alvos que deveriam ter sido cumpridas até o final de 2015, em linha com os anteriores Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) da ONU.

Estes incluíam a necessidade de assegurar que, até 2015, pelo

menos 50 por cento dos cargos de tomada de decisão nos sectores público e privado fossem ocupados por mulheres; consagravam a igualdade e equidade de género nas constituições nacionais e previam que esses direitos não fossem comprometidos por quaisquer disposições, leis ou práticas; e a introdução de medidas para assegurar que as mulheres se beneficiassem de igualmente de oportunidades económicas.

O Protocolo foi assinado em 2008 e entrou em vigor a 22 de Fevereiro de 2013.

Entre as principais realizações na implementação do Protocolo incluem um aumento da proporção de mulheres no Parlamento e nos Governos dos Estados-Membros da SADC.

De acordo com a União Interparlamentar, a SADC foi posicionada no terceiro lugar entre as regiões com a maior percentagem de mulheres na Câmara Baixa do Parlamento (ver tabela).

O projecto de protocolo revisto capta questões emergentes, como as mudanças

climáticas e os casamentos de crianças. Os casamentos de crianças são um dos factores que contribuem para o lento progresso na redução da mortalidade materna, mas a definição de uma criança pela idade continua controversa.

A revisão também procurou alinhar o Protocolo com as disposições de outros instrumentos da SADC, tais como as relacionadas com a gestão sustentável do ambiente e a estratégia e Roteiro de industrialização da SADC.

O Protocolo revisto deverá ser apreciado pelo Conselho de Ministros da SADC na sua reunião em Mbabane, Swazilândia, em Agosto para o encaminhamento à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo. □



Posicionamento	Média da proporção de mulheres no Parlamento (simples/câmara baixa) por região	
1	Países Nórdicos	41.1
2	Américas	27.4
3	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	26.2
4	Europa-Países membros da OSCE (incluindo os Países Nórdicos)	25.7
5	Europa-Países membros da OSCE (excluindo os Países Nórdicos)	24.3
6	África Subsaariana	23.3
7	Ásia	19.2
8	Estados Árabes	18.4
9	Pacífico	13.5
% Global de Mulheres no Parlamento		22.8

Fonte: União Interparlamentar (IPU), Maio 2016

KAZA Visa Rumo a uma melhor circulação de turistas na SADC

A **TENDÊNCIA** é encorajadora: O número de turistas que visitam a região da SADC aumentou de 12,6 milhões de turistas, em 2000, para cerca de 23,2 milhões, em 2013, de acordo com a Organização Regional de Turismo da África Austral (RETOSA).

A viagem para a região é promovida pelo Protocolo da SADC sobre o Desenvolvimento do Turismo. Ratificado em 2002 o protocolo procura melhorar a qualidade dos serviços turísticos, normas de segurança e infra-estruturas físicas para atrair turistas e investimentos para a região.

O Protocolo afirma que as viagens na região podem ser facilitadas a abolição da exigência de visto para os visitantes. Apela aos Estados-Membros da SADC a criar um "Univisa para o turismo que irá facilitar o movimento de turistas internacionais na região, a fim de aumentar o mercado e as receitas da região no turismo mundial."

O lançamento do Visto Kavango-Zambezi (KAZA), entre a Zâmbia e o Zimbabwe, em Novembro de 2014, é o primeiro passo para a introdução de um Univisa na região da SADC. Durante a fase inicial, o visto KAZA permite que os turistas de 40 países programem viagens para os dois países vizinhos da SADC, sem solicitar documentos de viagem separadamente.

Válido por 60 dias, o visto que custa 50 dólares norte-americanos confere ao turista o acesso a ambos os países e permite a entrada no Botswana através do posto fronteiriço de Kazungula que serve os três países.

"Cerca de 7.000 vistos KAZA foram emitidos durante os três primeiros meses da fase-piloto", disse Mbiganji Frederick

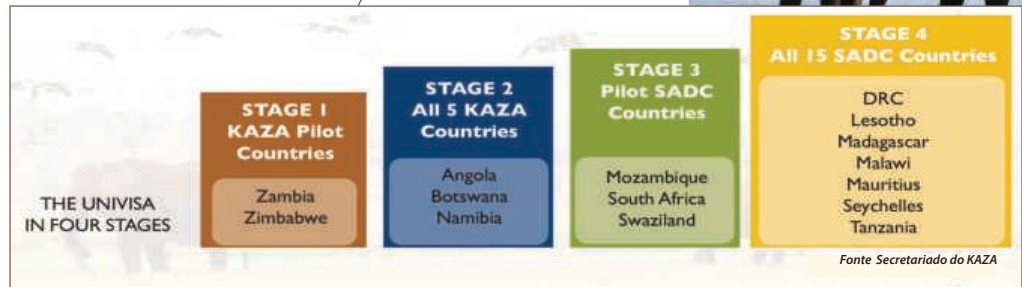
Dipotso, Gestor de Programas no Secretariado do KAZA, observando que o projecto ultrapassou as expectativas. Apesar de ter sido introduzido numa época baixa, não poderiam ser emitidos vistos suficientes - por razões técnicas - foram emitidos vistos para satisfazer totalmente a procura.

Após a avaliação da fase piloto, o próximo passo será prorrogar o visto para cobrir integralmente o Botswana, bem como os outros países que partilham Áreas de Conservação Transfronteiriça do KAZA, que são Angola e Namíbia. Embora este seja um pequeno passo, é um movimento fundamental na direção certa.

O objectivo é, eventualmente, alargar esta disposição a todos os 15 países da SADC, concretizando assim um Univisa que permite que os turistas e os outros interessados viagem sem esforço em toda a região.

"O Univisa incentiva a livre circulação de turistas, mas também aumenta o apetite para o investimento", disse Kwakye Donkor, Diretor de Marketing e Comunicações na RETOSA.

"Isso significa que incentivar as pessoas a permanecer mais tempo na região permite que elas tenham acesso a mais de um país. Estadias mais longas criam mais postos de trabalho e a comunidade local, acaba se beneficiando disso."



O **UNIVISA** da SADC é uma das metas do Protocolo da SADC sobre o Desenvolvimento do Turismo (1998), que se destina a melhorar a qualidade dos serviços turísticos, normas de segurança e infra-estruturas físicas para atrair turistas e investimentos para a região.

O Protocolo incentiva a cooperação entre os governos e promotores privados através de um clima favorável ao investimento que promove o turismo sustentável, preservando os recursos naturais e culturais da região. A sua aprovação levou à criação da Organização Regional do Turismo da África Austral (RETOSA), cujo papel é promover a região da SADC como um destino turístico preferido.

Área de Conservação Transfronteiriça Kavango Zambeze

O **PROTOCOLO** e da Lei da SADC sobre Conservação da Vida Selvagem define que uma área de conservação transfronteiriça é uma grande região ecológica que atravessa as fronteiras de dois ou mais países que integram uma ou mais áreas protegidas, bem como vários recursos.

A área Kavango Zambezi (KAZA) é a maior área de conservação transfronteiriça do mundo, abrangendo 520.000 km² (similar ao tamanho da França) e está situada nas bacias dos rios Okavango e Zambeze onde as fronteiras de Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe convergem.

A KAZA inclui 36 parques nacionais, reservas de caça, unidades de conservação da comunidade e áreas de gestão de

caça, nomeadamente a região do Zambeze da Namíbia (ex-Caprivi); Parque Nacional de Chobe; o Delta do Okavango, que é o maior local do Ramsar no Mundo e um Património Mundial da UNESCO; e Victoria Falls, também um Património da Humanidade, que é a maior cortina de água que cai no mundo.

Kavango Zambezi promete ser o primeiro destino turístico da África Austral porque abre corredores de migração de animais, oferecendo a maior população contígua de elefantes africanos no continente, cerca de 250.000.

A KAZA agora está legalmente constituída após a ratificação do tratado da KAZA por três dos cinco Estados membros. □

SADC@35 Histórias de Sucesso,
SADC/SARDC 2015





A 27ª Sessão Ordinária da Cimeira da União Africana (UA) realizou-se nos dias 17-18 de Julho, em Kigali, Ruanda, para traçar a agenda de desenvolvimento para o continente. Abaixo estão algumas das principais questões discutidas e acordadas na cimeira.

Eleição do Presidente da Comissão da UA adiada para Janeiro 2017

AS ELEIÇÕES para a Escolha do Presidente da Comissão da União Africana foram adiadas para Janeiro de 2017 depois de nenhum dos candidatos ter recebido os necessários dois terços dos votos nas eleições realizadas durante a Cimeira da UA que decorreu em Julho em Ruanda.

Três candidatos concorriam para um dos mais importantes cargos de África. Trata-se da Ministra dos Negócios Estrangeiros do Botswana, que era candidata da SADC, Dra. Pelonomi Venson-Moitoi; Dra. Specioza Kazibwe, do Uganda, e Agapito Mba Mokuy, da Guiné Equatorial.

A Dra. Kazibwe era a candidata preferida para a Comunidade dos Estados da

África Oriental, enquanto Mokuy era apoiado pela Comunidade Económica dos Estados da África Central.

A Dra. Venson-Moitoi ganhou as duas primeiras rondas de votações, mas não conseguiu obter dois terços dos votos, conforme estipulado na Acta Constitutiva da UA.

As eleições para escolher um novo Presidente estão agora agendadas para a próxima Cimeira da UA, em Janeiro de 2017, com o mandato da titular, Dr. Nkosazana Dlamini-Zuma, prorrogado por mais seis meses.

Dlamini-Zuma, que foi uma candidata apoiada pela SADC quando ela gravou o seu nome na história ao se tornar na primeira mulher da África Austral a chefiar a Comissão da

UA, em 2012, não estava a concorrer para a sua reeleição após o termo do seu primeiro mandato em Junho.

De acordo com a Constituição da Comissão da UA, um presidente pode servir por dois mandatos de quatro anos.

Nas eleições para o cargo em 2012, a Dra. Dlamini-Zuma derrotou o Dr. Jean Ping, do Gabão, após uma votação renhida que teve várias rondas para se obter um vencedor absoluto.

A Dra. Dlamini-Zuma tornou-se a primeira mulher da África Austral a chefiar a Comissão da União Africana desde a formação da Organização de Unidade Africano - predecessora da UA - em 1963. Outras regiões de África já tiveram seus candidatos a ocupar o topo da UA. □

Rumo a igualdade do género

LÍDERES AFRICANOS comprometeram-se a intensificar os esforços para promover a paridade, igualdade e autonomia do género no continente.

Em linha com a decisão de declarar 2016 como o Ano Africano dos Direitos Humanos com especial destaque para os Direitos das Mulheres, a 27ª Cimeira da UA concordou em acelerar os esforços para promover a igualdade do género a todos os níveis.

"O nosso compromisso para desenvolver o continente e torná-lo independente deve continuar. À medida que avançamos, devemos aprender uns dos outros e acelerar os esforços para promover a igualdade do género em todos os níveis", disse o Presidente da UA, o Presidente Idriss Deby Itno, do Chade, acrescentando que a baixa representação das mulheres tem impactos na agenda geral do desenvolvimento do continente.

O tema da UA para este ano é pertinente, uma vez que vem na sequência da adopção em 2015 de duas grandes agendas globais e regionais - os Objectivos das Nações Unidas de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e Agenda 2063 da UA.

O continente Africano continua a enfrentar desafios em termos de direitos das mulheres, pois as mulheres continuam a sofrer violações dos direitos humanos nas áreas de emprego, casamento, saúde sexual e reprodutiva, educação, e no contexto de conflitos.

A voz das mulheres não é ouvida ou está ausente durante as negociações formais de paz; construção e manutenção da paz, desarmamento, bem como durante a reabilitação. □

Lançado passaporte Pan-Africano

A **UNIÃO** Africana lançou um passaporte eletrónico destinado a promover o movimento suave de pessoas em todo o continente.

Isto é considerado como um primeiro passo para o estabelecimento de um documento de viagem unificado para o continente.

O primeiro grupo de destinatários do e-passaporte são os chefes de Estado e de Governo da UA, ministros dos negócios estrangeiros e representantes permanentes dos Estados membros baseados na sede da UA, em Addis Abeba.

O e-passaporte vai abrir o caminho para os Estados-

Membros a adoptarem e ratificarem os protocolos e legislação necessárias com vista a começar a emitir o mais aguardado passaporte de África.

Prevê-se que os Estados membros da UA comecem a emitir o passaporte Africano em 2020. □

Rumo a independência financeira

LÍDERES AFRICANOS aprovaram medidas destinadas a assegurar que a UA seja auto-suficiente para tomar conta de sua agenda de desenvolvimento.

Estima-se que mais de 70 por cento do orçamento da UA vem de parceiros internacionais, uma grande preocupação entre os líderes africanos que acreditam que tal cenário não é sustentável.

Isto é particularmente preocupante devido ao facto de que alguns parceiros de desenvolvimento têm vindo a utilizar o seu músculo financeiro para ditar políticas junto da UA, um cenário que não é benéfico para os esforços de África aprofundar a integração continental.

Algumas das medidas aprovadas pelos líderes africanos incluem impostos

incidentes sobre os bilhetes de avião, hotéis e mensagens de texto como fontes alternativas de financiamento para a UA.

Espera-se que estas medidas possam gerar cerca de 600 milhões de dólares norte-americanos por ano e em cinco anos a UA será capaz de pagar grande parte das suas despesas com seus próprios fundos. □

Agosto - Outubro de 2016



ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC HOJE Vol. 18 No 5 Agosto 2016

ÁFRICA AUSTRAL HOJE
É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglene Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Danai Majaha, Shirley Pisirai,
Nyarai Kampilipili, Tanaka Chitsa

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.
© SADC, SARDC, 2016

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sadc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngenya

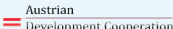
PHOTOS AND ILLUSTRATIONS
P1 panoramio.com, wordpress.com, postzambia.com,
africanbusinessmagazine.com; P2 Etosha Fishing; P4 resbank.co.za, wordpress.com,
wbp.org; P5 alliedprojects.com.au, railwaygazette.com; P6 fanshare.com, sadc.int;
P7 littlegatepublishing.com, time.org; P10 lestimes.com, Xinhua.net, betterwork.org,
IRIN News; P11 The Herald, mppcivils.com, I Lungu Zambia, K Sikuka SARDC;
P12 sadc.int, www.gov.za; P13 africanrockart.org, ZTA, nomadtours.co.za; P14 P Johnson
SARDC.au.int, www.dailynews.gov.bw; P16 alchetron.com

Subscreva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao
sadctoday@sadc.net

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgavia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141 Fax +263 4 791 271
www.sadc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento Knowledge for Development

 [sadc.net](https://www.facebook.com/sadc.net)  [@sadc.net](https://twitter.com/@sadc.net)



This document was produced in the context of a project funded by the Austrian Development Agency/the Austrian Development Cooperation. The responsibility of the content of this publication lies entirely with the author; the information and views expressed do not reflect the official opinion of the Austrian Development Agency/the Austrian Development Cooperation.





Agosto
3, África do Sul**Eleição dos Governos Locais**

As eleições municipais na África do Sul vão decorrer para eleger os conselheiros municipais para os próximos cinco anos. O Governo Local na África do Sul é composto por oito municípios metropolitanos, 44 municípios distritais e 207 municípios.

10-11,
África do Sul**Seminário Consultivo do REEESAP**

O seminário vai reunir as partes interessadas no Sector de Energia da África Austral para avaliarem o seu contributo no processo em curso de elaboração da Estratégia e Plano de Acção de Eficiência de Energias Renováveis da SADC.

11, Zâmbia

Eleições Gerais

Os Zambianos vão às urnas para escolher sua liderança para os próximos cinco anos, incluindo o presidente, deputados e vereadores. Depois de uma emenda constitucional aprovada em Janeiro, o candidato vencedor deve assegurar pelo menos 50 por cento dos votos mais, ao contrário do anterior sistema em que o candidato com o maior número de votos era eleito, mesmo que obtivesse menos de 50 por cento dos votos expressos.

22-31,
Swazilândia**36a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC**

Líderes da SADC vão reunir-se nos dias 30-31 de Agosto na sua cimeira anual para discutir questões que visam promover a integração e o desenvolvimento regional. A Cimeira será precedida por reuniões de altos funcionários nos dias 22-24 e do Conselho de Ministros nos dias 26-27 de agosto. Rei Mswati III da Swazilândia vai assumir a liderança da SADC actualmente exercida pelo Presidente Seretse Khama Ian Khama, do Botswana. O tema da Cimeira é "Mobilização de Recursos para Investimentos em Infra-Estruturas Sustentáveis de Energia para uma industrialização Inclusiva para a Prosperidade da Região da SADC".

21-26,
Swazilândia**Semana de Industrialização na SADC**

Esta é uma exposição de uma semana alinhada à Cimeira da SADC na Swazilândia. O Secretariado da SADC e do país anfitrião irá trabalhar com o sector privado e parceiros estratégicos para mostrar e divulgar as cadeias de valor existentes e potenciais para a industrialização.

23-26, RDC

47o Comité de Gestão do SAPP

O encontro é realizado anualmente e reúne líderes de empresas de energia e representantes do governo nos 12 Estados membros do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral em torno de importantes questões de gestão relacionadas à rede eléctrica e fornecimento de energia regional.

Por confirmar

Fórum Regional de Previsão Climática para a África Austral

Especialistas em clima de Estados Membros da SADC reúnem-se para rever a previsão climática regional, com base em indicadores de chuvas sazonais com a finalidade de produzir uma previsão regional para a época chuvosa 2016/2017.

Setembro24 Set-5 Out,
África do Sul**17ª Reunião da Conferência de Partes da CITES**

Esta será a quarta reunião das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Florestas e Faunísticas Ameaçadas (CITES), realizada no continente Africano desde que a CITES entrou em vigor a 1 de Julho de 1975. As Partes tomarão decisões sobre medidas adicionais necessárias para acabar com o tráfico ilícito de animais selvagens, bem como considerar uma série de propostas para trazer outras espécies ao abrigo do controlo comercial da CITES - ou para alterar a situação da lista da CITES

27, Botswana

Reunião do Grupo Temático de Energia da SADC

O Grupo Temático de Energia é uma reunião de coordenação entre a SADC, organizações subsidiárias, parceiros e especialistas na qual é analisada a situação energética na região.

Outubro13-14,
África do Sul**Seminário das Organizações das Bacias Hidrográficas da SADC**

Representantes de organizações de bacias hidrográficas na SADC vão se reunir em Joanesburgo para discutir questões pertinentes, tais como as mudanças climáticas, bem como partilhar experiências sobre as respostas a esses desafios.



O Rei Sobhuza II da Swazilândia (1899 - 1982)

O **FALECIDO** rei Sobhuza II, pai do Rei Mswati III, foi emblemático, em muitos aspectos, como pai fundador do moderno Reino da Swazilândia.

Ele nasceu em Zimbodze a 22 de Julho de 1899, uma data agora celebrada como um feriado público na Swazilândia, como o filho mais velho do rei e da rainha Bhunu Lomawa Ndwandwe. Quando o seu pai morreu pouco após seu nascimento, ele foi proclamado pelo conselho real como rei e recebeu o nome de Ngwenyama Sobhuza II, com a sua avó, a Rainha Mãe Labotsibeni, como regente.

O jovem monarca recebeu a sua educação primária na Swazilândia e em 1916 ele foi enviado para a Faculdade Lovedale, na África do Sul, para completar sua educação secundária.

Ele assumiu o trono em 1921, aos 22 anos, como Rei Ngwenyama Sobhuza II em Zombodze, Residência Real, e reinou até o final da sua vida no reinado em 1982. O reinado de Sobhuza II abarcou a maior parte dos principais eventos e marcos que lançaram as bases da moderna África no século 20.

Como Chefe Supremo a partir de 1921 e Rei a partir de 1967, ele levou o seu país à independência a 6 de Setembro de 1968, e governou até sua morte, a 21 de Agosto de 1982, aos 83 anos de idade.

Até então, seu reinado foi o mais longo para qualquer governante da África moderna e foi um dos monarcas com um dos reinados mais longos do mundo.

No auge do domínio colonial, quando a luta pela libertação Africana estava a começar a ganhar impulso, ele enfatizou a educação e a unidade acima de tudo, sabendo que viria o tempo em que o povo da Swazilândia teria de assumir as funções de autogovernar e as responsabilidades da independência.

Ele promulgou governo com um "sabor Swazi" e trabalhou para recuperar as terras concedidas aos colonos brancos pela autoridade colonial. Sobhuza II manteve boas relações com os seus vizinhos, especialmente Moçambique, através do qual boa das pessoas foram capazes de ter acesso as rotas marítimas e comerciais.

O Rei Sobhuza II foi concedido postumamente a maior honra de pós-apartheid da África do Sul, a Ordem dos Companheiros de OR Tambo em ouro, pela

contribuição excepcional na luta contra o apartheid através do apoio ao movimento de libertação sempre que era necessário.

Quando na verdade, os ventos de mudança começaram a varrer o continente, Sobhuza II apoiou plenamente o movimento para a mudança e independência. Ele apoiou moral e materialmente os movimentos de libertação na África do Sul e, como resultado, o seu País sofreu ataques militares por parte do regime do apartheid.

Ele levou seu país à Organização da Unidade Africano, antes da União Africana e do Movimento dos Não-Alinhados, enquanto defendia mudanças pacíficas e a importância da unidade no continente.

No entanto, acreditando na bondade inerente do homem, este homem digno de paciência e diálogo, continuou a envolver-se em discussões com o regime Sul-Africano para mostrar-lhes a necessidade de mudança.

Ngwenyama Sobhuza II ajudou a criar uma nação que se orgulha da sua cultura, estabilidade e disposição pacífica. Os sus esforços permitiram que seu país negociasse para se adaptar a um mundo em rápida modernização, continuando a recorrer à força e sabedoria de sistemas de crenças africanas e orgulho no património e cultura Swazi. □

A **BANDEIRA NACIONAL** simbolizando herança real e a longa história da Swazilândia foi adoptada oficialmente em 1968, quando a Swazilândia ganhou a independência da Grã-Bretanha. A cor azul da bandeira representa a paz, enquanto o borla simboliza a monarquia, e a cor amarela representa a riqueza mineral do país. O vermelho simboliza as batalhas do passado.

A DANÇA Umhlanga

Reed é o mais conhecido evento cultural da Swazilândia, uma cerimónia de oito dias em que as jovens cortam bambus e apresentam à rainha-mãe (Indlovukazi) para reparar o abrigo ao redor da residência real - e depois dançar na celebração. Cerca de 40.000 raparigas participam, vestidas em trajes de cores vivas, tornando este um dos maiores e mais espetaculares eventos culturais em África.

O pontapé de saída das festividades ocorre no sexto dia, quando a dança ocorre no período da tarde. Cada grupo deixa cair os seus bambus fora da residência da rainha-mãe, em seguida, move-se para a arena principal, onde elas dançam e cantam as suas canções. A dança continua no sétimo dia, quando o rei está presente. Cada regimento dança antes dele. Pouco pode preparar um visitante para contemplar o esplendor da parada na terra de Ludzidzini, onde se funde uma imersão esmagadora do ruído e cor, e as raparigas a cantar e a balançar o corpo animadamente com figurinos deslumbrantes cantando no melhor estilo tradicional.



FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Agosto-Outubro de 2016

1 Agosto	Dia dos Parentes	RDC
	Dia dos Agricultores	Zâmbia
3 Agosto	Feriado Público	África do Sul
8 Agosto	Dia dos Camponeses NaneNane	Tanzânia
	Dia dos Heróis	Zimbábwe
9 Agosto	Dia das Forças de Defesa	Zimbábwe
	Dia Nacional da Mulher	África do Sul
15 Agosto	Dia de Assunção	Madagáscar, Maurícias, Seychelles
17 Agosto	Dia da SADC*	Todos
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia
29 Agosto	Dia da Dança Umhlanga Reed	Swazilândia
6 Setembro	Dia da Independência Somhlolo Ganesh Chaturthi	Swazilândia
	Dia dos Acordos de Paz de Lusaka	Maurícias
7 Setembro	Dia dos Heróis Nacionais	Moçambique
17 Setembro	Dia do Património	Angola
24 Setembro	Dia das Forças Armadas	África do Sul
25 Setembro	Dia do Botswana	Moçambique
30 Setembro		Botswana
1 Outubro	Feriado Público	Botswana
4 Outubro	Dia da Independência	Lesotho
	Dia da Paz e Reconciliação	Moçambique
14 Outubro	Dia do Mwalimu Julius Nyerere	Tanzânia
15 Outubro	Dia da Mãe	Malawi
24 Outubro	Dia da Independência	Zâmbia
30 Outubro	Diwali	Maurícias

*O Dia da SADC não é um feriado público, mas assinala a assinatura do Tratado da SADC a 17 de Agosto de 1992.